

A RELAÇÃO CENTRO-PERIFERIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL E O TURISMO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO¹

Kaique Bezerra (Instituto de Geociências/Universidade Estadual de Campinas)

RESUMO

O artigo tem como objetivo compreender a dinâmica do turismo e sua relação com as práticas patrimoniais no processo de centralidade da metrópole paulista, com principal às estratégias para a dinamização do turismo na escala territorial da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Deste modo, contextualizamos a tipologia de bens culturais considerada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), e as políticas públicas de turismo, tratando da problematização das intencionalidades que envolvem os processos socioespaciais no mundo globalizado. No percurso da pesquisa, buscamos evidenciar os conflitos nesse campo de interesses que se dá nos campos de conflitos para a valorização de bens culturais e o fomento da atividade turística.

Palavras-chave: Espacialização do patrimônio cultural, turismo e lazer, RMSP.

RESUMEN

El artículo pretende comprender la dinámica del turismo y su relación con las prácticas patrimoniales en el proceso de centralización de la metrópoli paulista, con especial atención a las estrategias de dinamización turística en la escala territorial de la Región Metropolitana de São Paulo (RMSP). De esta forma, contextualizamos la tipología de bienes culturales considerados por el Consejo de Defensa del Patrimonio Histórico, Arqueológico, Artístico y Turístico (CONDEPHAAT), y las políticas públicas de turismo, abordando la problematización de intenciones que involucran procesos socioespaciales en el mundo globalizado. En el transcurso de la investigación, buscamos evidenciar los conflictos de intereses en este campo que se dan en los ámbitos de conflicto por la valorización de los bienes culturales y la promoción de la actividad turística.

Palavras-chave: Espacialización del patrimonio cultural, el turismo y el ocio, RMSP.

INTRODUÇÃO

Compreender a importância de pensar o patrimônio cultural e sua relação com a atividade turística nos desafia a refletir a espacialização e os aspectos históricos das formas construídas no passado – valorizadas pela estrutura vigente do capitalismo na contemporaneidade. Assim, a dialética patrimônio cultural e turismo pode ser analisada com o olhar crítico dos processos de valorização que transitam entre a patrimonialização de bens culturais e a apropriação turística de territórios da cidade (Luchiari, 2005).

Se a reprodução de valores para o consumo cultural (Choay, 2001) é carregada de intencionalidades e contradições, podemos adotar, como ponto de partida, o conceito de

¹ Este trabalho trata-se do capítulo de uma dissertação de mestrado em andamento, financiada pela CAPES.

intencionalidade proposto por M. Santos (2014 [1 ed. 1996], p. 89-95), enquanto “a própria ação humana [...]” sobre territórios, na relação inseparável entre ação e objeto. Deste modo, “a ação é tanto mais eficaz quanto os objetos são mais adequados”.

No que tange ao patrimônio cultural, compreendido também como as *rugosidades* no espaço geográfico (Santos, 2008, p. 141), hoje é símbolo da representação ressignificada da memória em suas formas refuncionalizadas para o consumo cultural pelas práticas do lazer e do turismo (Luchiari, 2005). As intencionalidades atuam sobre as rugosidades, sobretudo, no ambiente urbano, com a espacialização ora concentrada, ora fragmentada do patrimônio cultural reconhecido institucionalmente.

Para Meneses (2012, p. 57), “os valores culturais criados pela sociedade e a diluição das fronteiras entre a materialidade da cidade e as práticas sociais foram internacionalmente legitimados no início do século XXI”. Movidas pela estrutura, as intencionalidades impõem novos valores culturais, nas escalas do global ao local para o consumo do turismo, que, em dadas situações, criam conflitos nos processos de refuncionalização turística, e acarreta no fenômeno da *gentrificação* nos lugares em que o patrimônio exerce uma centralidade espacial, conforme discute Paes (2017).

A *refuncionalização turística* do patrimônio cultural (Paes, 2012) opera nos lugares de interesse do capital, especialmente onde há bens culturais que podem ter algum valor de uso. A valorização institucional, social, cultural e econômica do patrimônio é causadora de conflitos de interesses; pois, segundo Carlos (2007), onde o turismo toca transforma os objetos em mercadorias para o consumo do espaço.

No Estado de São Paulo, a intencionalidade das ações no campo do patrimônio construído se materializa institucionalmente nos processos de tombamento do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), sobretudo, quando tratamos da espacialização dos patrimônios eleitos pelos organismos oficiais, onde o *discurso autorizado de patrimônio* se faz presente (Smith, 2021, p. 144):

[...] a materialidade é tão enfatizada que os monumentos são confundidos com os valores culturais e sociais que são usados para interpretá-los e dar sentido a eles. Subsequentemente no discurso autorizado de patrimônio (AHD), patrimônio torna-se o monumento ou outra coisa material ou lugar, ao invés de representar os valores e significados culturais que dão um significado ao monumento ou sítio.

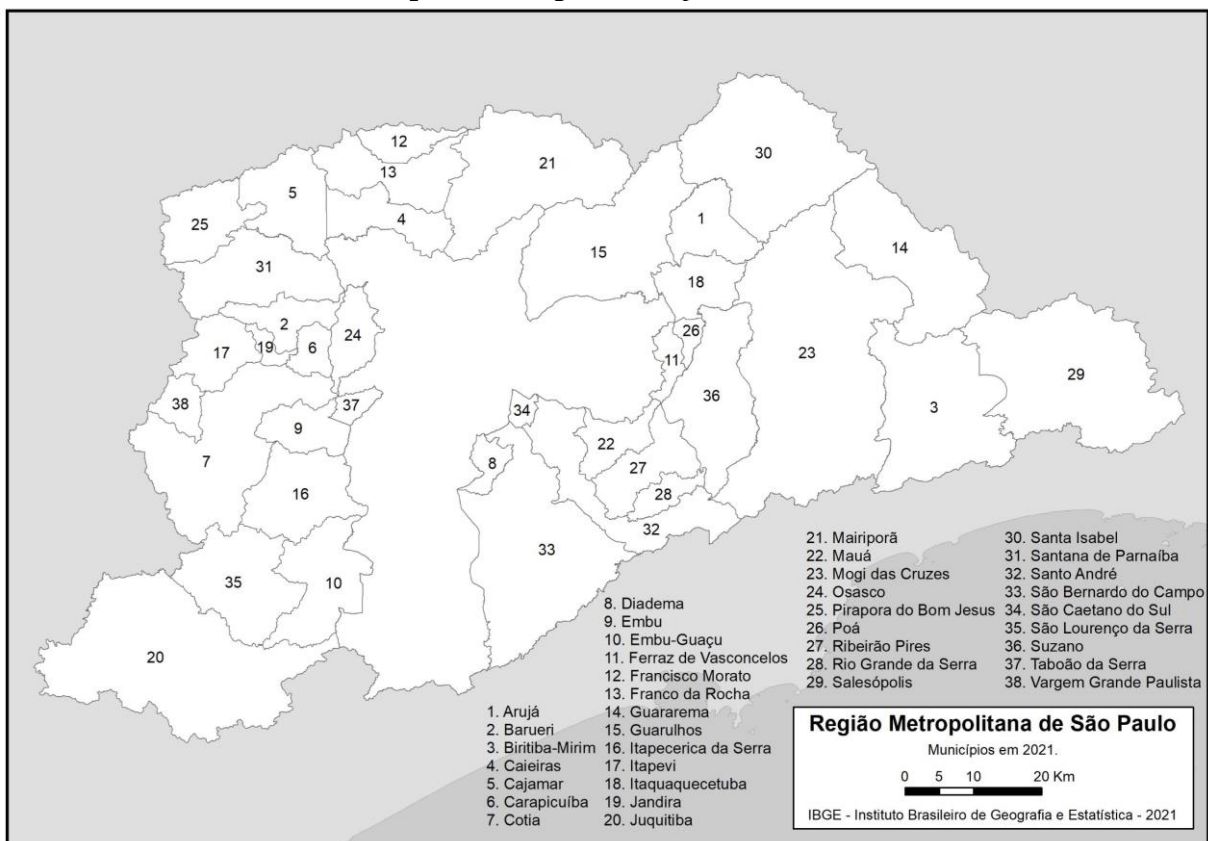
No que se refere ao turismo, as intencionalidades estão expressas no planejamento institucional, com o apelo mercadológico, desde os programas nacionais às ações locais na escala municipal (Yázigi, 2006). O turismo também reforça o discurso autorizado de



patrimônio, enfatizando uma narrativa que privilegia determinados grupos sociais e momentos históricos em relação a outros de forma hegemônica, espetacularizando assim os bens culturais.

Considerando que a cidade de São Paulo possui uma das maiores concentrações de bens tombados/registrados, sendo mais de três mil formas e expressões materiais e imateriais, protegidas pelas três esferas de reconhecimento do patrimônio cultural, sendo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o Condephaat e o Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp), e a grande quantidade de estudos patrimoniais realizados na capital, destacamos, então, a relevância da expansão das análises para a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), com o objetivo de compreender a dinâmica do turismo e sua relação com as práticas patrimoniais no processo de centralidade da metrópole paulista.

Mapa 1 – A Região Metropolitana de São Paulo



Fonte: IBGE (2021)

Os procedimentos adotados para para a realização da pesquisa envolvem consultas às bases de dados do iPatrimônio, Idesp, Condephaat, Iphan, GeoSampa, Ministério do Turismo (MTur), Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo (Setur), portais municipais e secretarias de turismo e conselhos de defesa do patrimônio cultural, para o mapeamento do



patrimônio cultural “material” e a análise de suas conexões com a atividade turística na escala espacial da RMSP (Mapa 1).

A DENSIDADE DO PATRIMÔNIO CULTURAL NA CAPITAL PAULISTA

Na estrutura em que vivemos, o capitalismo molda a ordem social e econômica e a globalização impõe a intensidade e o volume das trocas culturais, com a manutenção de práticas mercadológicas, mediadas pelo Estado, expressas no valor de troca e valor de uso de espaços e objetos. Em referência ao ambiente urbano, as rugosidades, ou formas cristalizadas no espaço e no tempo, portam memórias e histórias, por sua importância estratégica de localização geográfica e pelas dinâmicas em que os bens culturais se inserem no núcleo dos processos, gerando assim conflitos de interesses e disputas territoriais. Luchiari (2005, p. 95) afirma que,

O patrimônio arquitetônico tornou-se, hoje, cenário de valores mercadológicos, descompromissados com o passado e com o lugar – tendência global que reflete a mundialização das relações, dos valores e das manifestações culturais. Na arena econômica, a tradicional subjetividade da cultura foi incorporada a uma racionalidade que busca legitimar identidades hegemônicas.

Na escala nacional, o IPHAN reconheceu patrimônios importantes para a memória do território nacional, porém, desde seus desdobramentos iniciais, quando de sua criação, até o período histórico atual, do mesmo modo, inviabilizou grupos social, histórica e espacialmente minorizados, é o que nos mostra a análise de Marins (2012); com a influência da hierarquia institucional, o Condephaat seguiu a lógica do patrimônio determinada pelo Iphan.

Podemos considerar que a tipologia do patrimônio cultural desvela quais identidades hegemônicas foram cristalizadas com formas materiais e simbólicas no espaço. Se “a cultura é cada vez mais importante para o capitalismo” (Luchiari, 2005, p. 96), questionemos, por meio da tipologia empregada nos processos de tombamento dos bens culturais, quais identidades o Condephaat priorizou na resguarda da memória do território do estado de São Paulo, particularmente, na escala espacial da RMSP?

O Condephaat atua no campo do patrimônio cultural no Estado de São Paulo desde o ano de 1968, com os enalços do período militar em que o país se encontrava. Desde então, o organismo identificou mais de quinhentos bens culturais que, em uma leitura a partir da escolha do que deve ser patrimonializado (Luchiari, 2005), remetem à história do estado de São Paulo para sua proteção e salvaguarda, disseminado com o discurso autorizado do patrimônio.

Parte deste patrimônio também se encontra na “oferta turística” – atrativos – de municípios, incluindo bens culturais que sofreram o processo de refuncionalização turística e



disponíveis de políticas de visitação, que acontece segundo a operação funcional do patrimônio e seu diálogo com a roteirização turística.

O Condephaat dispõe de ao menos dezenove categorias para o tombamento do patrimônio cultural considerado “material”, conforme ilustra a Tabela 1. Mais recentemente, o organismo também ampliou o reconhecimento patrimonial no registro de “bens intangíveis”, na categoria “imaterial”, trazendo assim outras possibilidades para o reconhecimento de expressões do patrimônio “intangível”². Conforme os objetivos da pesquisa, para o aprofundamento da discussão nossa atenção se inclina para os elementos da materialidade e das representações do patrimônio cultural na RMSP.

Tabela 1 – Classificação do Patrimônio Cultural no Estado de São Paulo (Condephaat)

Acervo Artístico/Documental	Educação e Pesquisa
Acervo Tecnológico	Evocação
Administração Pública	Ferrovário
Agricultura e Pecuária	Industrial e Fabril
Área Natural ou Sítio Paisagístico	Infra-estrutura
Arqueológico	Institucional
Assistência e Saúde	Militar
Comércio e Serviço	Religioso
Conjuntos e Sítios Urbanos	Residencial
Cultura e Lazer	

Fonte: elaborado com dados consultados no portal on-line do Condephaat (2023)

Ao tratar da tipologia do patrimônio cultural encontramos inúmeras rugosidades materiais e imateriais que remetem a distintos períodos históricos da capital paulista e do estado de São Paulo. No passado, diferentes influências e discursos da economia se apropriavam de territórios para a produção e o acúmulo de bens das elites. Desde a colonização, ao regime escravocrata, à produção e escoamento do café, à Revolução Constitucionalista, até a industrialização, cria-se uma narrativa por meio de uma visão elitista, heróica, religiosa, que possuem características transformadas em valores. Hoje, as rugosidades que restam do passado são refuncionalizadas para o consumo elitista.

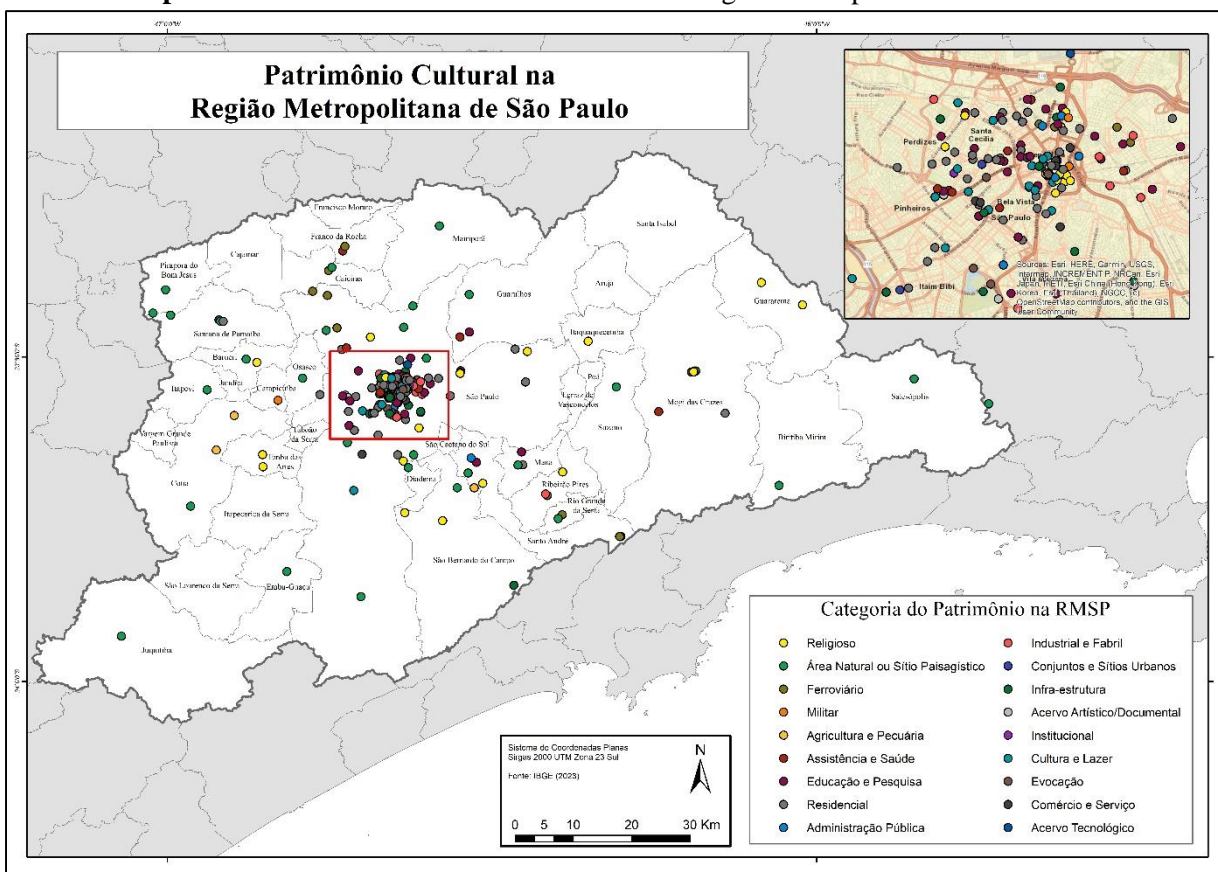
² Os organismos também definem as tipologias do patrimônio cultural. Desde 2003, a UNESCO propõe o patrimônio imaterial como nova categoria, reconhecendo práticas intangíveis e, ao mesmo tempo, dotadas de materialidade, da força do trabalho e da expressividade cultural no espaço-tempo.



A concentração espacial de bens culturais reconhecidos pelo CONDEPHAAT na cidade de São Paulo expressa em números, cento e oitenta e oito patrimônios na capital e sessenta e dois na Região Metropolitana, totalizando duzentos e cinquenta bens tombados.

No Mapa 2, podemos observar a densidade e as tipologias do patrimônio cultural na RMSP. A espacialidade do patrimônio cultural na RMSP apresenta a densa concentração de patrimônios na capital e o movimento de dispersão em sua área envoltória. Visto que a desigualdade espacial dos bens culturais patrimonializados reflete a centralidade da cidade de São Paulo, uma parcela considerável deste patrimônio é apropriada pelas práticas de turismo, desde a metrópole à periferia.

Mapa 2 – Densidade do Patrimônio Cultural na Região Metropolitana de São Paulo



Fonte: elaborado com dados consultados no portal on-line do Condephaat (2023)

Num primeiro momento, a sobreposição dos patrimônios na escala espacial de estudo pode nos confundir levando a entender que há uma concentração semelhante na relação capital e RMSP. A diversidade da tipologia de patrimônios é representada principalmente na capital, quanto maior é distanciamento da metrópole menor é a diversidade de patrimônios.

Em termos quantitativos, o CONDEPHAAT reconhece na capital paulista cerca de cinquenta bens culturais tombados na categoria residencial, sendo trinta e sete em educação e pesquisa, trinta e um templos religiosos, trinta bens como área natural ou sítio paisagístico, dezesseis equipamentos de cultura e lazer e doze estabelecimentos comércio e serviço.

Outra observação importante é que os bens tombados não necessariamente se concentram nas áreas centrais dos municípios da RMSP. Porém, questionamos também por que o Condephaat não considerou o tombamento na totalidade de municípios que integram a RMSP? Dez municípios da RMSP não possuem bens culturais reconhecidos pelo Condephaat.

O patrimônio cultural, em grande parte, está concentrado em áreas centrais e áreas nobres. Há uma negação do patrimônio na periferia. O tombamento na categoria residência mostra a preocupação em proteger bens de origem elitista. Na RMSP, Santana de Parnaíba (Cifelli, 2022) tem o único Centro Histórico tombado, há mais dois na capital: a Quadra Cultural do Itaim e o Conjunto de Imóveis de Higienópolis. Há muitas escolas públicas tombadas na capital e apenas três RMSP, somente dois terreiros tombados na cidade de São Paulo, dois em São Bernardo e apenas um no Embu das Artes.

Considerável parte do patrimônio cultural paulista sofreu um processo de refuncionalização turística, por exemplo, a Vila de Paranapiacaba, distrito de Santo André (SP), e o Conjunto Histórico de Embu das Artes (SP). Do mesmo modo, existem formas novas criadas para o campo da cultura e, conseqüentemente, para a promoção do turismo, como o Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (Masp) e o Parque do Ibirapuera, que se tornaram um símbolos postais da cidade de São Paulo.

Há cidades, como Guararema, onde apenas igrejas católicas são compreendidas como únicos bens culturais patrimonializados. Será que essa categoria e suas práticas, de fato, representa pessoas não-católicas? As rugosidades do catolicismo tem um acervo considerável de bens patrimonializados, o que nos mostra a influência do poder da igreja sobre o território paulista (seguindo a mesma dinâmica do espaço brasileiro).

A categoria Área Natural ou Sítio Paisagístico predomina na RMSP, em (grande) parte estão nas franjas dos municípios. A Serra do Mar e de Paranapiacaba engloba 46 municípios, sendo a maior “área verde” que articula territorialmente a capital, a RMSP e o litoral do estado.

Por sua vez, a categoria do patrimônio ferroviário ganha destaque na RMSP e na capital, o que representa a expansão do território e a emergência/ascensão do modal de transporte ferroviário para a circulação de mercadorias, matéria-prima e pessoas. Ainda existe a ausência da preocupação acerca das rugosidades industrial e fabril na RMSP, onde a divisão social do trabalho expressa as relações territoriais entre as populações.

Enquanto na capital paulista existe uma grande concentração de patrimônios, a maioria das cidades da RMSP ainda carece do reconhecimento de seus bens culturais (tanto do patrimônio material quanto imaterial).

O que nos leva a afirmar que os grupos formadores do território paulista não são representados nos processos de patrimonialização dos bens culturais. Os indígenas, as matrizes africanas e afro-brasileiras, as mulheres, os operários, as crianças, a comunidade LGBTQIAPN+, os migrantes e imigrantes? A historicidade e a espacialidade da proteção do patrimônio ainda não reconhece de forma expressiva esses grupos: desde a centralidade à periferia.

A CENTRALIDADE DO TURISMO EM SÃO PAULO

Segundo a política de instrumentalização do planejamento regional, busca-se reduzir desigualdades de dadas porções de território, equilibrar a balança econômica e o desenvolvimento social, sendo alguns dos principais discursos presentes nas políticas federais de turismo do início dos anos 2000 (CRUZ, 2005). Deve-se mencionar aqui que, no caso do turismo, as políticas públicas federais são influenciadoras diretas das políticas locais (CRUZ, 2001).

Desde a década de 1990, sob influência do neoliberalismo (CRUZ, 2005), o governo federal apostou no “Programa Nacional de Municipalização do Turismo”, que tem como objetivo desenvolver a atividade turística na escala municipal. Posteriormente, o mesmo programa foi incorporado ao “Programa de Regionalização do Turismo”. Após a criação do Ministério do Turismo, em 2003, o planejamento do turismo na escala federal foi baseado no modelo de governança regional, que busca implementar subsídios para o desenvolvimento da atividade turística nos municípios brasileiros.

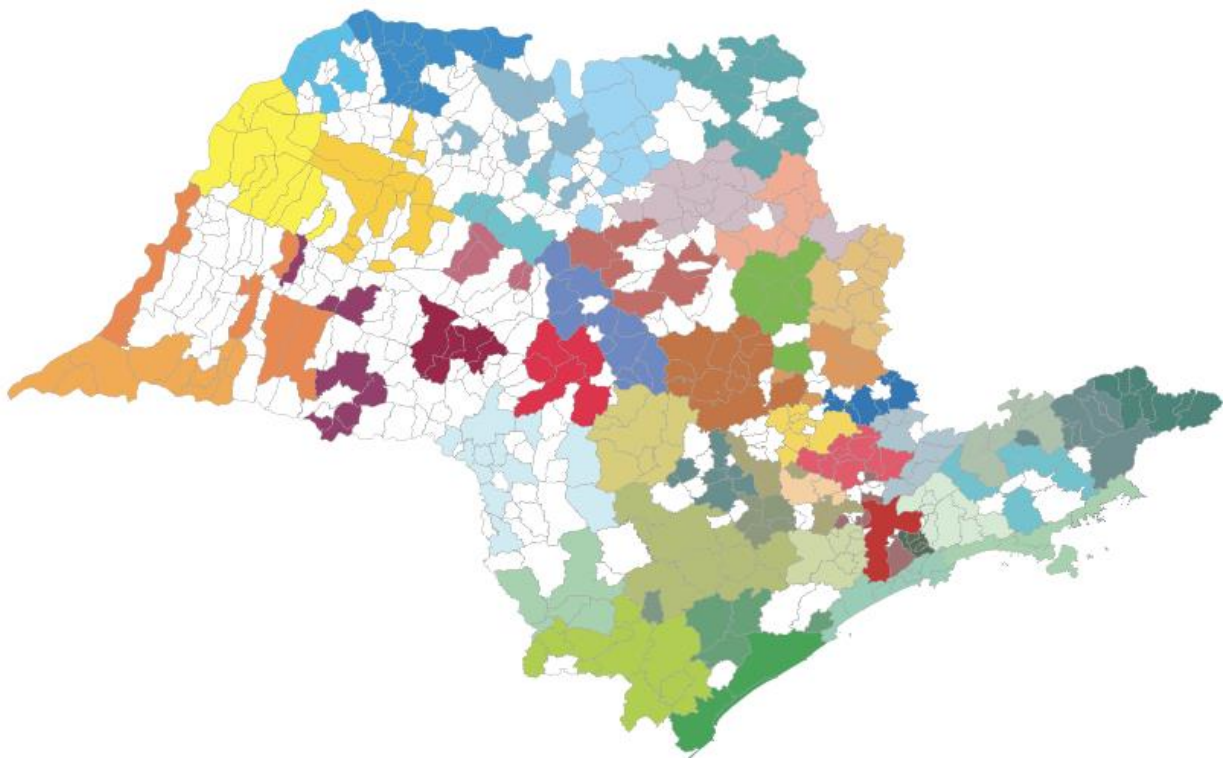
O Mapa do Turismo Brasileiro (MTB) lista municípios de interesse turístico no território nacional, de acordo com indicadores econômicos do setor. Trata-se de um instrumento utilizado para fins de planejamento no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo, o qual tem a premissa de desenvolver o setor no modelo de governança regional, estabelecendo que municípios de uma mesma área de abrangência devem desempenhar o turismo de modo integrado, isto é, consolidando uma região em um destino turístico.

Cruz (2005), problematiza a desconsideração do espaço e do território nas políticas públicas, onde o planejamento do turismo endossa a visão de *desenvolvimento desigual* (CRUZ, 2020). Conforme avalia a autora, esse desenvolvimento é um discurso não superado pelo setor de turismo; o território usado, consumido pelo turismo, é tratado pelas leis do mercado.



O planejamento regional operado no estado de São Paulo adotou recentemente as diretrizes federais da regionalização turística (Mapa 3). Na RMSP identificou-se previamente que a atividade turística é ordenada a partir da perspectiva de três Regiões Turísticas, sendo elas: Alto Tietê Cantareira; ABC Tur; e Grande Oeste SP, segmentadas por características entre afinidades temáticas.

Mapa 3 – A Regionalização do Turismo no Estado de São Paulo



Regiões Turísticas do Estado de São Paulo

RT ABC Tur - Rota da Natureza e da Indústria	RT dos Cânions Paulista	RT Cuesta Paulista	RT Mananciais Aventura Artes e Negócios	RT Roteiro dos Bandeirantes
RT Águas, Cultura e Negócios	RT Capital	RT Encantos da Anhanguera Central	RT Mantiqueira Paulista	RT Serra do Itaqueri
RT Águas Sabores e Saberes	RT Cavernas da Mata Atlântica	RT Entre Rios	RT Maravilhas do Rio Grande	RT Sol do Oeste
RT Águas Sertanejas	RT Centro Paulista	RT Entre Rios Serras e Cafés	RT Nascentes do Tietê	RT Tietê Vivo
RT Alta Mogiana	RT Circuito das Águas Paulista	RT Entre Serras e Águas	RT Negócios e Cultura	RT Trilhos e Trilhas da Baixa Mogiana
RT Alto Cafezal	RT Circuito das Frutas	RT da Fé	RT Pantanal Paulista	RT Vale Histórico
RT Angra Paulista	RT Circuito das Nações	RT História e Aventuras	RT Pontal Paulista	RT Veredas da Mata Atlântica
RT Bem Viver	RT Coração Paulista	RT Lagamar	RT Raízes do Campo	
RT Caminhos da Mata Atlântica	RT Coração do Tietê	RT Lagos do Rio Grande	RT Raízes do Interior Paulista	
RT Caminhos do Tietê	RT Costa da Mata Atlântica	RT Litoral Norte de São Paulo	RT Rios do Vale	

Fonte: extraído do portal on-line da Setur (2023)



O Mapa do Turismo Brasileiro, ferramenta de classificação do MTur para municípios turísticos, considera no estado de SP: A (dez municípios), B (trinta e um municípios), C (sessenta e cinco municípios), D (cento e um municípios) e E (quinze municípios). Recentemente o estado reduziu de 645 para 222 o número de municípios participantes de suas 28 regiões turísticas. Na RMSP há três “Estâncias Turísticas” e oito Municípios de Interesse Turístico (MIT), enquanto categorias de planejamento institucional do turismo.

Por outro lado, o Quadro 2 destaca os principais “atrativos turísticos” da cidade de São Paulo. Alguns destes foram criados com uma finalidade específica de oferecer visitação: parques, museus e shoppings, por exemplo; sendo aproveitados pelo reconhecimento na oferta turística da cidade. Outra parte do patrimônio rompeu um longo período estagnado (sem valor), e passa ser submetido por processos de refuncionalização turística.

Quadro 2. Principais atrativos turísticos de São Paulo (SP)

1) Parque do Ibirapuera

2) Pinacoteca do Estado de São Paulo

3) Avenida Paulista

4) Neo Química Arena

5) Museu de Arte de São Paulo “Assis Chateaubriand”

6) Bairro da Liberdade

7) Museu Catavento

8) Centro Cultural Banco do Brasil

9) Allianz Parque

10) Museu da Língua Portuguesa

11) Mercado Municipal de São Paulo

12) Museu do Futebol

13) Mosteiro de São Bento

14) Bairro do Jardins

15) Jardim Botânico de São Paulo

Fonte: plataforma on-line TripAdvisor (2023)

O território negligenciado, áreas de não interesse para o turismo, aquele não utilizado ou desconsiderado para as práticas turísticas, reforça as desigualdades que o turismo traz consigo ao mediar ações direcionadas exclusivamente para o mercado. Não há interesse por parte dos planos turísticos integrar as áreas periféricas da cidade, incluindo sua região metropolitana à qual exerce a centralidade (BEZERRA, 2019). A cidade de São Paulo não trabalha com o turismo na RMSP no que tange à articulação regional.



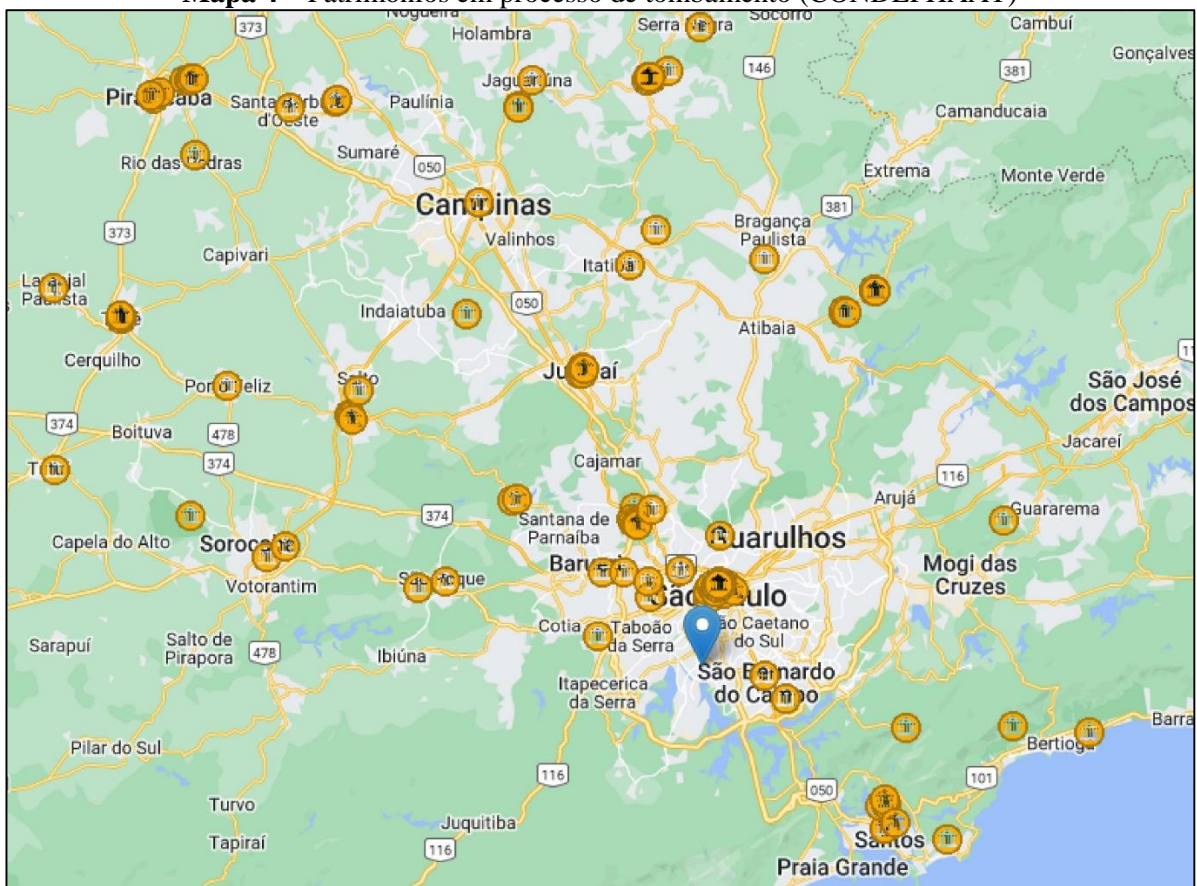
No planejamento local, dez municípios da região possuem uma secretaria própria de turismo, e quinze destes têm uma secretaria integrada à outra(s) pasta(s), há 3 diretorias (subpastas) de turismo. E as áreas com maior intersecção de áreas é a integração entre as pastas de turismo e cultura.

Desde 2013, o Consórcio Intermunicipal da Região Oeste (CIOESTE), formado por dez municípios, busca, desde mais recentemente, desenvolver ações para o turismo (com uma visão corporativa) na RMSP.

AS PRERROGATIVAS DO PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO

Os bens culturais que pleiteiam o tombamento por meio da abertura do processo, até o momento desta pesquisa, indicam que também há uma centralidade na relação centro-periferia, ou seja, existe a manutenção da concentração central do patrimônio, conforme o Mapa 4.

Mapa 4 – Patrimônios em processo de tombamento (CONDEPHAAT)



Fonte: extraído do portal on-line do Idesp (2023)

A RMSP retrata e amplia as desigualdades e fragilidades urbanas da metrópole paulista, implicando também no *direito à cidade* (LEFEBRVE, 2008). O Condephaat persiste em priorizar a capital em detrimento da RM em que esta se insere.

De Tatuí à capital de São Paulo, há inúmeros coletivos, grupos acadêmicos e artistas empenhados na defesa do patrimônio cultural com o resgate da memória. Os grupos flutuam entre as horizontalidades e as verticalidades. Defender o patrimônio cultural é defender a visibilidade e o reconhecimento dos grupos que construíram a história do Brasil, de um estado ou de um município. Deste modo, os grupos aparecem nos vestígios da história? Há um apagamento histórico intencional de grupos que fazem parte da história.

Esse reconhecimento se reflete no turismo, que pode contribuir nas práticas para a inclusão social e equidade. Visto que o turismo não é uma ferramenta de ação nos processos do Condephaat, apesar de constar na sigla do organismo, esta área não possui influência direta. Ainda assim, o turismo deve contribuir com as políticas de inclusão, no desenvolvimento social, econômico e humano (CAMARGO, 2019), sendo que o patrimônio cultural, do mesmo modo, deve ter o papel de incluir as populações locais (PAES, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio e o turismo são campos de conflitos, portanto, temos que entender seus processos. Vimos, então, que a abordagem geográfica da dialética do patrimônio cultural e turismo oferece importantes aportes teórico-conceituais para a interpretação e discussão dos processos socioespaciais que influenciam fortemente a vida cotidiana, movida pela subjetividade e a materialidade.

O reconhecimento dos bens culturais na esfera estadual é importante para incentivar a autonomia da criação de conselhos de defesa municipal do patrimônio, envolvendo também a população na participação dos processos de reconhecimento do patrimônio vivido, para o exercício da cidadania. Por sua vez, o patrimônio pode contribuir pelo turismo, com a dinamização da economia, sendo mais uma atividade que distribuidora de renda e desenvolvimento local, desde que seja um turismo inclusivo – aliando-se às práticas patrimoniais que representem o caráter diversificado da formação do território paulista.

A pesquisa vem para mostrar o que está encoberto, na rúbrica do patrimônio e do turismo. Parte das rugosidades é destinada ao uso turístico, onde há políticas de visitação, com caráter elitista, assim há uma lógica da (re)produção do patrimônio no Brasil e em SP. A natureza do patrimônio desigual (SCIFONI, 2022) nos territórios da capital e RMSP, há uma



violência ao patrimônio pelos desdobramentos das narrativas criadas sobre o discurso autorizado.

A universidade precisa acompanhar os desdobramentos do turismo e do patrimônio cultural, no compromisso social com a pesquisa “a Geografia tem sinalizado para a necessidade de maior participação social e política da contemplação da diversidade de grupos a serem considerados pelas políticas de preservação” (Pimentel, Maciel & Tavares, 2021, p. 62).

Devemos ouvir as populações a respeito do patrimônio e valorizar os saberes locais. Não é dar lugar de fala, mas também lugar de escuta. Ainda sobre o patrimônio não reconhecido: SP é território indígena! Precisamos de uma reparação! Quais são as **referências territoriais/culturais da periferia de SP?** Krenak (2021) nos ensina que o futuro é ancestral, o patrimônio também. Este é o momento de tensionar os valores impostos pelas verticalidades na seleção do patrimônio e da memória. O patrimônio é um campo de conflitos, portanto, temos que entender seus processos.

REFERÊNCIAS

- BEZERRA, K. *Panorama do turismo na Zona Leste de São Paulo*. Bacharelado em Lazer e Turismo (Monografia). Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo. 175 f. 2019.
- CARLOS, A. F. A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. 3 ed. São Paulo: Estação Liberdade/Editora Unesp, 2001.
- CIFELLI, G. Efeitos da pandemia de Covid-19 na dinâmica territorial do turismo nos municípios paulistas de relevância patrimonial. *GEOUSP – Tempo e Espaço*. Dossiê “Turismo em Tempos de Pandemia”. vol. 26, n. 3, 2022.
- Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do estado de São Paulo. *Base de dados CONDEPHAAT*. Disponível em: www.condephaat.sp.gov.br. Acesso em: 12 set. 2023.
- CRUZ, R. C. A. *Políticas de turismo e território*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- CRUZ, R. C. A. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. *Geosul*. Vol. 20, n. 40, p. 27-43. jul./dez. 2005.
- CRUZ, R. C. A. Ensaio sobre a relação entre Estado, políticas públicas de turismo e desenvolvimento regional no Brasil. *Confins*, 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Malha Municipal*. 2021. Disponível em: www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?=&t=acesso-ao-produto. Acesso em: 18 abr. 2022.
- JULIANO, T. Turismo e patrimônio. In: CARVALHO, A.; MENEGUELLO, C. (Orgs.). *Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2020, p. 95-99.



KRENAK, A. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. 5a ed. [1a ed. 1968]. São Paulo: Centauro, 2008.

LUCHIARI, M. T. D. P. A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades. *GEOUSP – Tempo e Espaço*. São Paulo. n. 17, p. 95-105, 2005.

MENESES, J. N. C. A patrimonialização da vida: vivências, memória social e interpretação do patrimônio cultural. In: COSTA, E. B. BRUSADIN, L. B. PIRES, M. C. (Orgs.). *Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder*. São Paulo: Outras expressões, 2012. p. 26-35.

PAES, M. T. D. Refuncionalização turística de sítios urbanos históricos no Brasil: da herança simbólica à reprodução de signos culturais. *GEOGRAFIA*. Rio Claro, vol. 37, n. 2, mai./ago, p. 319-334, 2012.

PAES, M. T. D. Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades. *GEOUSP – Tempo e Espaço*. São Paulo. Vol. 21, n. 3, p. 667-684, 2017.

PIMENTEL, A. B.; MACIEL, C. A.; TAVARES, M. G. C. Práticas de geografia no campo do patrimônio: uma revisão. *GeoSertões*. vol. 6, n. 11, jan./jul., p. 46-64, 2021.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção*. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2014 [1 ed. 1996].

SMITH, L. Desafiando o Discurso Autorizado de Patrimônio. *Caderno Virtual de Turismo*. v. 21, n. 2, p. 140-154, 2021.

YÁZIGI, E. *Esse estranho amor dos paulistanos: requalificação urbana, cultura e turismo*. São Paulo: Global. Brasília: CNPq, 2006.